

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Senhor Presidente,

REQUEIRO a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno que, ouvido esse Plenário, seja realizada reunião de Audiência Pública, para tratar da “Relação da Mídia e o Governo”.

Indicamos para a referida audiência os nomes do Sr. Márcio Thomas Bastos, Ministro de Estado da Justiça, o Sr. Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Sr. Nelson Sirotski, Presidente da Associação Nacional de Jornais; Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional de Jornalistas e Sr. Eurípides Alcântara, Diretor de Redação da Revista Veja.

JUSTIFICATIVA

Cinco jornalistas da Revista Veja, dentre eles Júlia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro, sofreram constrangimentos e ameaças por parte do Delegado da Polícia Federal, o Sr. Moysés Eduardo Ferreira, em razão de terem sido designados, pela revista Veja, responsáveis pela apuração de informações sobre o envolvimento de policiais federais numa “operação abafa”, que seria destinada a afastar o ex-assessor especial da Secretaria Particular da Presidência da República, Sr. Freud Godoy da compra de dossiê que seria usado contra o candidato do PSDB, ao Governo de São Paulo, Sr. José Serra.

Conforme nota divulgada pela Revista Veja “a pretexto de obter informações para uma investigação interna da Corregedoria sobre delitos

funcionais de seus agentes e delegados", a Polícia Federal intimou os referidos jornalistas.

Para surpresa dos repórteres, sua inquirição se deu não na qualidade de testemunhas, mas de suspeitos. As perguntas, basicamente, giraram em torno da própria revista que, por sua vez, pareceu aos repórteres ser ela, sim, o objetivo da investigação policial. Não houve violência física, mas o desrespeito ao art. 5º, inciso IX da Constituição Federal, já que nos relatos dos jornalistas e da advogada que os acompanhou no depoimento, ficou claro que foram cometidos abusos, constrangimentos e ameaças em um claro e inaceitável ataque à liberdade de expressão garantida na Carta Maior da Nação.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busato, condenou, de forma veemente, a intimidação denunciada pelos três jornalistas dizendo que "O comportamento do delegado, pelo relato dos jornalistas, foi inaceitável dentro de um Estado democrático e quando estamos saindo de uma eleição. Nós, da OAB, temos denunciado constantemente estes meios truculentos utilizados às vezes pela Polícia Federal contra jornalistas e também contra advogados, enfim, contra os cidadãos brasileiros".

É importante que os convidados acima mencionados possam participar para discutir, no âmbito da Comissão, os fatos que têm ocorrido.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2006.

**Deputado Geraldo Thadeu
PPS / MG**